

Políticas públicas de saúde mental: contribuições para a promoção do bem-estar e o fortalecimento da saúde pública

Mental health public policies: contributions to the promotion of well-being and the strengthening of public health

Ewleron Rivan do Carmo Sousa¹
Jamilly Karoliny da Silva Miranda²

Resumo

A saúde mental tem se destacado como uma das principais demandas da saúde pública contemporânea, especialmente diante do aumento dos casos de sofrimento psíquico observado nas últimas décadas. O presente estudo teve como objetivo compreender de que forma as políticas públicas de saúde contribuem para a promoção da saúde mental e do bem-estar da população, evidenciando a importância da integração entre serviços, profissionais e comunidades na construção de um cuidado mais humanizado e integral. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com consulta às bases de dados SciELO, LILACS e PubMed, além da análise de documentos oficiais relacionados à saúde mental. Os resultados evidenciaram que a Reforma Psiquiátrica e a implantação da Rede de Atenção Psicossocial representaram importantes avanços para a consolidação de um modelo de cuidado centrado na inclusão social e na garantia dos direitos dos usuários. Entretanto, persistem desafios relacionados ao acesso aos serviços, à insuficiência de recursos, à escassez de profissionais capacitados e às desigualdades sociais que influenciam o sofrimento psíquico. Destacou-se ainda a relevância da atuação da Enfermagem na promoção da saúde mental e no fortalecimento das práticas humanizadas. Conclui-se que a efetividade das políticas públicas depende da ampliação dos investimentos, da qualificação permanente dos profissionais e da articulação intersetorial, visando assegurar um cuidado integral e promover o bem-estar da população.

Palavras-Chave: Saúde mental; Políticas públicas; Bem-estar; Saúde pública; enfermagem.

¹ Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4202-9088>

² Uniplan – Bragança – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1226-042X>

Abstract

Mental health has become one of the main concerns of contemporary public health, especially due to the increase in cases of psychological distress observed in recent decades. This study aimed to understand how public health policies contribute to the promotion of mental health and well-being, highlighting the importance of integrating services, professionals, and communities in building more humanized and comprehensive care. This is a qualitative and descriptive study developed through bibliographic and documentary research, based on data collected from the SciELO, LILACS, and PubMed databases, as well as official documents related to mental health. The results showed that the Psychiatric Reform and the implementation of the Psychosocial Care Network represented important advances toward a care model focused on social inclusion and the guarantee of users' rights. However, challenges related to access to services, insufficient resources, shortage of qualified professionals, and social inequalities that influence psychological distress still remain. The importance of Nursing in promoting mental health and strengthening humanized practices was also highlighted. It is concluded that the effectiveness of public policies depends on increased investments, continuous professional training, and intersectoral integration to ensure comprehensive care and promote the population's well being.

Keywords: Mental health; Public policies; Well-being; Public health; Nursing.

1 Introdução

A saúde mental tem se consolidado como uma das maiores preocupações da saúde pública contemporânea. Em um contexto marcado por transformações sociais, crises econômicas e desafios coletivos, como a pandemia da COVID-19, o número de pessoas afetadas por transtornos mentais, ansiedade, depressão e estresse tem aumentado de forma expressiva em todo o mundo. Esses agravos impactam não apenas o indivíduo, mas também sua família, sua comunidade e a sociedade em geral, afetando a produtividade, a convivência social e a qualidade de vida (OMS, 2022).

A saúde mental é um elemento essencial para o bem-estar humano, sendo fundamental para o equilíbrio emocional, psicológico e social de cada indivíduo. Diferentemente do que muitos podem pensar, estar saudável fisicamente não garante automaticamente a saúde emocional (Mendonça et al., 2024). Como destacam Alcântara, Vieira e Alves (2022), a saúde mental vai além da ausência de doença, abrangendo a

capacidade de o indivíduo funcionar de maneira satisfatória em diferentes áreas da vida, como trabalho, estudo, lazer e relações interpessoais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a saúde deve ser compreendida como um estado de bem estar físico, mental e social, sendo a saúde mental um componente essencial desse equilíbrio, o que reforça a necessidade de sua integração às políticas de saúde geral. Nesse contexto, a Enfermagem assume papel central na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no acolhimento de indivíduos em sofrimento psíquico. O enfermeiro atua diretamente na assistência, desenvolvendo ações voltadas ao cuidado integral e à construção de vínculos com os usuários dos serviços de saúde. Segundo Vasconcelos (2021), o cuidado em saúde mental deve ser centrado na escuta, na empatia e na valorização da autonomia do sujeito, reconhecendo sua singularidade e o contexto em que está inserido.

No Brasil, as políticas públicas voltadas à saúde mental ganharam maior destaque a partir da Reforma Psiquiátrica, que promoveu a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção comunitária. Nesse cenário, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde e atualizada por normativas recentes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023), representa um importante avanço na busca por um cuidado mais humanizado, integral e voltado à inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados, ainda persistem desafios significativos relacionados à insuficiência de investimentos, à escassez de profissionais especializados, às desigualdades no acesso aos serviços e ao estigma social associado aos transtornos mentais. Segundo o Relatório Mundial sobre Saúde Mental da OMS (2022), milhões de pessoas ainda não recebem o suporte necessário, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes, abrangentes e articuladas.

Diante desse cenário, o adoecimento mental tem se configurado como um dos principais desafios da saúde pública nas últimas décadas, comprometendo o bem-estar e a qualidade de vida da população. Embora tenham ocorrido avanços na organização dos serviços e na formulação de políticas voltadas à saúde mental, ainda existem obstáculos que dificultam a garantia de um cuidado integral e acessível. Assim, surge o seguinte questionamento: como as políticas de saúde pública podem contribuir para a promoção da saúde mental e do bem-estar da população?

A escolha deste tema justifica-se pela crescente demanda por atenção à saúde

mental no Brasil, especialmente após períodos de crise social, econômica e sanitária, como a pandemia da COVID-19. Refletir sobre a saúde mental sob a perspectiva da saúde pública permite compreender os desafios enfrentados pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como discutir estratégias de prevenção, promoção da saúde e cuidado integral. Dessa forma, este estudo busca contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde mental e para a valorização do bem-estar como um direito de todos.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo compreender de que forma as políticas públicas de saúde contribuem para a promoção da saúde mental e do bem-estar da população, evidenciando a importância da integração entre serviços, profissionais e comunidades na construção de um cuidado mais humanizado, acessível e eficaz.

A saúde mental tem se consolidado como uma das maiores preocupações da saúde pública contemporânea. Em um contexto marcado por transformações sociais, crises econômicas e desafios coletivos, como a pandemia da COVID-19, o número de pessoas afetadas por transtornos mentais, ansiedade, depressão e estresse tem aumentado de forma expressiva em todo o mundo. Esses agravos impactam não apenas o indivíduo, mas também sua família, sua comunidade e a sociedade em geral, afetando a produtividade, a convivência social e a qualidade de vida (OMS, 2022).

Nesse cenário, a Enfermagem assume papel central, pois o enfermeiro atua na linha de frente da promoção da saúde, da prevenção de doenças e do acolhimento de indivíduos em sofrimento mental. O cuidado em saúde mental, segundo Vasconcelos (2021), deve ser centrado na escuta, na empatia e na valorização da autonomia do sujeito, reconhecendo sua singularidade e o contexto em que vive.

A saúde mental é um elemento essencial para o bem-estar humano, sendo fundamental para o equilíbrio emocional, psicológico e social de cada indivíduo. Diferentemente do que muitos podem pensar, estar saudável fisicamente não garante automaticamente a saúde emocional (Mendonça et al., 2024). Como destacam Alcântara, Vieira e Alves (2022), a saúde mental vai além da ausência de doença, abrangendo a capacidade de o indivíduo funcionar de maneira satisfatória em diferentes áreas da vida, como trabalho, estudo, lazer e relações interpessoais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a saúde deve ser compreendida como um estado de bem estar físico, mental e social, sendo a saúde mental um componente essencial desse equilíbrio, o que reforça a necessidade de sua integração às políticas de saúde geral. No

Brasil, as políticas públicas voltadas à saúde mental ganharam maior destaque a partir da Reforma Psiquiátrica, que promoveu a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção comunitária. Nesse contexto, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde e atualizada por normativas recentes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023), representa um avanço significativo na busca por um cuidado mais humanizado, integral e voltado à inclusão social das pessoas com sofrimento psíquico. Apesar desses avanços, ainda persistem desafios importantes, como a falta de investimentos, a escassez de profissionais especializados, a desigualdade no acesso aos serviços e o estigma social associado aos transtornos mentais. Segundo o Relatório Mundial sobre Saúde Mental da OMS (2022), milhões de pessoas ainda não recebem o suporte necessário, evidenciando a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas.

Diante desse cenário, observa-se que o adoecimento mental tem se tornado uma das maiores preocupações da saúde pública nas últimas décadas, com o aumento dos casos de ansiedade, depressão, estresse e outras condições emocionais que comprometem o bem estar e a qualidade de vida da população. Embora tenha havido avanços nas políticas públicas de saúde mental, ainda existem dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços, à disponibilidade de profissionais qualificados e ao preconceito social. Assim, surge o seguinte questionamento: como as políticas de saúde pública podem contribuir para a promoção da saúde mental e do bem-estar da população?

A escolha deste tema se justifica pela crescente demanda por atenção à saúde mental no Brasil, especialmente após períodos de crise social, econômica e sanitária, como a pandemia da COVID-19. Refletir sobre a saúde mental sob a ótica da saúde pública permite compreender os desafios enfrentados pelos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), além de possibilitar a discussão de estratégias de prevenção, promoção e cuidado integral. Dessa forma, este estudo busca contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde mental e para a valorização do bem-estar como um direito de todos.

Nesse sentido, o presente estudo propôs entender de que forma as políticas públicas de saúde contribuem para a promoção da saúde mental e do bem-estar da população, buscando evidenciar a importância da integração entre serviços, profissionais e comunidades na construção de um cuidado mais humanizado, acessível e eficaz.

2 Revisão da Literatura

2.1 Conceitos Fundamentais de Saúde Pública e Saúde Mental

A compreensão contemporânea da saúde ultrapassa a visão restrita à ausência de doenças, passando a incorporar dimensões relacionadas ao bem-estar físico, mental e social. Nesse contexto, a saúde mental se destaca como um elemento indispensável para a qualidade de vida e para o funcionamento equilibrado dos indivíduos em sociedade. Essa perspectiva está alinhada ao conceito ampliado de saúde adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que reconhece a interdependência entre os diferentes aspectos que compõem o bem-estar humano (OMS, 2022). Essa ampliação conceitual representa uma mudança significativa na forma de compreender o processo saúde-doença, deslocando o foco exclusivamente biológico para uma abordagem integral, que considera as condições de vida, os vínculos sociais e o acesso a direitos básicos como determinantes fundamentais da saúde.

Como afirmam Alcântara, Vieira e Alves (2022), a saúde mental ultrapassa a ausência de transtornos psicológicos, envolvendo a capacidade do indivíduo de lidar com as exigências da vida cotidiana, desenvolver habilidades, manter relacionamentos saudáveis e contribuir com sua comunidade. Assim, promover a saúde mental é promover também o bem-estar e a dignidade humana (VIEIRA; ALVES, 2022). Nesse sentido, torna-se evidente que a saúde mental não pode ser tratada de forma isolada ou fragmentada, sendo necessário compreendê-la como parte de um conjunto de fatores interligados que influenciam diretamente a vida dos indivíduos e das coletividades.

De acordo com Mendonça et al. (2024), compreender a saúde mental como parte da saúde integral é essencial para fortalecer os serviços públicos de saúde e promover intervenções que contemplem o contexto biopsicossocial do indivíduo. Essa perspectiva amplia significativamente o campo de atuação da Enfermagem, pois permite reconhecer que o sofrimento psíquico está diretamente relacionado às condições de vida, trabalho e convivência social. Dessa forma, o cuidado em saúde mental exige não apenas intervenções clínicas, mas também ações educativas, preventivas e sociais, voltadas à promoção de ambientes mais saudáveis e inclusivos.

Estudos recentes, como o de Lima e Ramminger (2021), destacam que o fortalecimento da saúde mental está diretamente relacionado à educação em saúde e ao desenvolvimento das redes comunitárias. Essas estratégias favorecem a participação ativa dos indivíduos nos processos de cuidado e autocuidado, contribuindo para a construção de

maior autonomia e bem-estar. Além disso, o fortalecimento dessas redes possibilita a criação de vínculos de apoio e solidariedade, fundamentais para o enfrentamento das situações de sofrimento psíquico, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, compreende-se que a saúde mental constitui um direito humano fundamental, devendo ser reconhecida como prioridade no âmbito das políticas públicas.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e normativos, ainda se observa uma lacuna significativa entre o que é proposto nas políticas públicas e o que efetivamente se concretiza na prática. Muitas vezes, as ações voltadas à saúde mental ainda são pontuais, fragmentadas e insuficientes para atender às demandas da população. As políticas carecem de estratégias efetivas de prevenção, de maior articulação entre os serviços e de ações que envolvam as comunidades no cuidado coletivo. Além disso, desafios como o estigma, a falta de recursos e a desigualdade no acesso aos serviços continuam limitando a efetividade das ações em saúde mental.

Nesse contexto, o enfermeiro assume um papel estratégico, atuando como mediador entre os serviços de saúde e a população. Sua atuação vai além do cuidado técnico, envolvendo acolhimento, escuta qualificada, educação em saúde e fortalecimento do protagonismo dos usuários. Ao atuar de forma próxima aos territórios e às comunidades, o profissional de Enfermagem contribui para a construção de práticas mais humanizadas, inclusivas e voltadas à promoção da autonomia e da cidadania, aspectos essenciais para o cuidado integral em saúde mental.

2.2 Políticas Públicas e a Reforma Psiquiátrica no Brasil

No contexto brasileiro, a Reforma Psiquiátrica e a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) representaram marcos históricos para a consolidação do cuidado em saúde mental no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A RAPS busca garantir atenção integral, humanizada e comunitária, priorizando o acolhimento e a reinserção social de pessoas com sofrimento psíquico (BRASIL, 2020).

A Política Nacional de Saúde Mental (BRASIL, 2023) reforça a importância da articulação entre os serviços de saúde, assistência social, educação e comunidade. Essa integração é essencial para superar o estigma e promover a inclusão social das pessoas em sofrimento mental. Dessa forma, o cuidado deve ir além do tratamento de transtornos, abrangendo a criação de condições que favoreçam o convívio saudável e o fortalecimento dos vínculos sociais.

A Reforma Psiquiátrica representou um avanço significativo ao romper com o modelo manicomial, que historicamente isolava pessoas em sofrimento mental e negligenciava seus vínculos sociais e afetivos. Nesse contexto, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) consolidou um modelo de cuidado centrado na comunidade, na autonomia e na inclusão social dos usuários (BRASIL, 2011; AMARANTE, 2007).

Entretanto, pesquisas mais recentes apontam que, apesar desses avanços, ainda existem entraves importantes para a efetivação desse modelo. De acordo com Chaves et al. (2022), desafios como a fragilidade na articulação da rede, a insuficiência de recursos humanos e materiais e a permanência de práticas tradicionais comprometem a consolidação da RAPS. Além disso, estudos atuais evidenciam que dificuldades de gestão, desigualdade no acesso e limitações estruturais continuam impactando a oferta de cuidado integral em saúde mental, reforçando a necessidade de políticas públicas mais integradas e sustentáveis

Além disso, estudos comparativos entre o Brasil e outros países latino-americanos (Silva; Delgado, 2021) mostram que as políticas de saúde mental brasileiras são referência em humanização, mas ainda enfrentam barreiras estruturais, principalmente nas regiões mais vulneráveis, o que reforça a importância da equidade territorial no acesso à saúde.

Dessa forma, avanços da Reforma Psiquiátrica são inegáveis, mas as políticas atuais ainda enfrentam desafios de financiamento, continuidade e integração territorial. Nesse sentido, a Enfermagem tem potencial para fortalecer a efetividade da RAPS por meio de práticas de cuidado baseadas na escuta ativa, na articulação comunitária e na defesa de uma atenção psicossocial que valorize os direitos humanos e a cidadania.

2.3 O Papel da Enfermagem na Promoção da Saúde Mental

A Enfermagem desempenha um papel estratégico na promoção da saúde mental e do bem-estar. Os enfermeiros atuam na linha de frente da atenção primária, sendo responsáveis pelo acolhimento, escuta e acompanhamento de pessoas em sofrimento psíquico. Segundo Vasconcelos (2021), o modelo de atenção psicossocial deve valorizar o sujeito em sua singularidade e promover a autonomia, rompendo com práticas excludentes e hospitalocêntricas.

Essa abordagem favorece o cuidado integral, a escuta empática e o vínculo entre profissional e paciente. Nesse sentido, a prática da Enfermagem deve incorporar uma visão ampliada da saúde, que considere fatores biológicos, sociais e emocionais,

essenciais à recuperação e à qualidade de vida dos usuários do SUS.

De acordo com Souza e Lima (2020):

A Enfermagem em saúde mental deve atuar também na promoção do autocuidado, no incentivo à educação em saúde e na identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico. O enfermeiro é peça-chave na integração entre os níveis de atenção, colaborando com o trabalho de equipes multiprofissionais (Souza e Lima, 2020).

Além disso, Mendes e Ferreira (2022) destacam que:

A formação acadêmica e continuada dos profissionais de Enfermagem é fundamental para a consolidação de práticas humanizadas. A atuação empática e ética contribui para a redução do estigma e para o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental (Mendes e Ferreira, 2020).

Apesar do protagonismo do enfermeiro nas ações de cuidado, ainda há fragilidades na formação e valorização profissional. É necessário investir em educação permanente, em políticas de suporte institucional e em condições de trabalho que permitam ao enfermeiro exercer plenamente seu papel transformador na promoção da saúde mental coletiva.

2.4 Condições Sociais e Sofrimento Psíquico

O sofrimento psíquico deve ser compreendido como um fenômeno complexo, que ultrapassa dimensões individuais e está profundamente relacionado às condições sociais, econômicas e culturais em que os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, fatores como desigualdade social, precarização do trabalho, insegurança financeira e fragilidade das redes de apoio contribuem significativamente para o agravamento dos transtornos mentais, evidenciando que a saúde mental não pode ser analisada de forma isolada. No campo das relações sociais e do trabalho, estudos recentes indicam que o sofrimento psíquico está diretamente associado às condições laborais, à sobrecarga de atividades e às exigências crescentes por produtividade. Esse cenário pode transformar o ambiente de trabalho em um espaço de tensão e desgaste emocional, favorecendo o desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Tais evidências reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis e à proteção da saúde do trabalhador (BRASIL, 2023). Além disso, a compreensão da saúde mental requer uma abordagem interdisciplinar, capaz de integrar diferentes dimensões da vida humana, como os aspectos sociais, culturais e subjetivos. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o cuidado, permitindo a construção de práticas mais humanizadas e eficazes, que considerem o indivíduo em sua totalidade e em

seu contexto de vida. Nesse sentido, a atuação das equipes multiprofissionais torna-se fundamental para garantir uma assistência integral e resolutiva (MARTINS; PIRES, 2024). Outro aspecto relevante refere-se às desigualdades sociais, que desempenham papel central na produção e intensificação do sofrimento psíquico. Situações de pobreza, exclusão social, violência e acesso limitado a serviços básicos impactam diretamente o bem-estar emocional das populações, tornando determinados grupos mais vulneráveis ao adoecimento mental. Assim, a promoção da saúde mental está intrinsecamente ligada à redução das desigualdades e à garantia de direitos sociais (COELHO et al., 2025). Nesse contexto, estudos apontam que o enfrentamento do sofrimento psíquico exige a construção de políticas públicas intersetoriais, que articulem diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e trabalho. Essa integração é essencial para a oferta de um cuidado mais equitativo, contínuo e centrado nas necessidades reais da população, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais (FUNDACENTRO, 2024).

Dessa forma, a literatura evidencia que as causas sociais do sofrimento psíquico ainda são, muitas vezes, subvalorizadas nas políticas públicas. Frente a esse cenário, a Enfermagem, por sua atuação próxima às comunidades e aos territórios, assume um papel estratégico na identificação de situações de vulnerabilidade, no acolhimento dos indivíduos em sofrimento e na mobilização de redes de apoio. Assim, o fortalecimento de práticas comunitárias e de ações de educação em saúde contribui para a promoção da inclusão social, da dignidade humana e da equidade no cuidado em saúde mental.

2.5 Desafios Contemporâneos e Perspectivas Globais

O Relatório Mundial sobre Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) destaca a urgência de se priorizar a saúde mental como um direito humano e uma meta global. O documento aponta que, após a pandemia de COVID-19, houve um aumento expressivo nos casos de ansiedade e depressão, o que exige o fortalecimento dos sistemas públicos e a ampliação do acesso a serviços de qualidade.

Além disso, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) inclui a promoção da saúde e do bem-estar entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), reforçando o compromisso internacional com a saúde integral. Esse reconhecimento global reforça a necessidade de investimentos em políticas preventivas,

especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Comparando estudos de diferentes regiões, Gonçalves et al. (2023) indicam que países com redes comunitárias estruturadas e enfoque na atenção primária apresentaram melhores índices de recuperação e reinserção social. Isso evidencia que o investimento em prevenção e educação em saúde é mais eficaz do que estratégias baseadas apenas em tratamento medicamentoso.

O cenário global revela uma urgência comum: fortalecer os sistemas públicos e formar profissionais capacitados para lidar com os determinantes sociais da saúde mental. Assim, a Enfermagem deve se inserir de forma proativa nesse debate, contribuindo para a formulação e execução de políticas públicas que priorizem o cuidado humanizado, equitativo e sustentável.

3 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva, por buscar compreender os significados, interpretações e contribuições da literatura científica acerca das políticas públicas voltadas à saúde mental e ao bem-estar. A abordagem qualitativa permite analisar os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando aspectos históricos, culturais, institucionais e subjetivos que influenciam a realidade estudada. Conforme Flick (2022), esse tipo de pesquisa procura compreender os fenômenos em seus contextos naturais, valorizando a interpretação das experiências e das práticas sociais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados aos temas saúde mental, saúde pública e políticas públicas de atenção psicossocial. A pesquisa documental fundamentou-se na análise de documentos oficiais, legislações, diretrizes e publicações institucionais do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos nacionais e internacionais que orientam as ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados artigos científicos, documentos institucionais, legislações e publicações oficiais disponíveis nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed. Para a localização dos estudos, foram

empregados os descritores “saúde mental”, “bem-estar”, “políticas públicas”, “Rede de Atenção Psicossocial”, “promoção da saúde” e “saúde pública”.

Foram incluídas publicações disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicadas entre os anos de 2018 e 2024, com maior atenção aos estudos desenvolvidos após a pandemia da COVID-19, em razão das transformações observadas nos indicadores de saúde mental e do fortalecimento do debate sobre a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas ao cuidado psicossocial. Foram excluídos estudos duplicados, publicações com acesso restrito e trabalhos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011), que possibilita identificar categorias temáticas, recorrências, convergências e divergências presentes nos materiais selecionados. A partir desse procedimento, foi possível evidenciar os principais avanços, desafios e perspectivas das políticas públicas de saúde mental, bem como suas contribuições para a promoção do bem estar e para a consolidação do cuidado integral em saúde.

Dessa forma, a metodologia adotada busca proporcionar uma análise crítica, reflexiva e interdisciplinar acerca da saúde mental como componente essencial da saúde pública, contribuindo para o fortalecimento das ações de promoção do bem-estar e para o aprimoramento das práticas de Enfermagem diante dos desafios contemporâneos.

4 Resultados e Discussão

A análise da literatura evidenciou que as políticas públicas de saúde mental no Brasil passaram por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente a partir da Reforma Psiquiátrica e da implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Os estudos analisados demonstram que a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma abordagem centrada no cuidado comunitário representou um avanço significativo para a promoção da assistência integral e humanizada às pessoas em sofrimento psíquico.

Nesse contexto, verificou-se que a RAPS constitui um dos principais instrumentos para a consolidação do cuidado em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), favorecendo a inclusão social, a valorização da autonomia dos usuários e a articulação entre diferentes níveis de atenção. Esses resultados corroboram as diretrizes estabelecidas

pelo Ministério da Saúde e os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, que defendem uma assistência baseada nos princípios dos direitos humanos e da cidadania.

Entretanto, os estudos também apontaram a existência de importantes desafios para a efetivação dessas políticas. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se a insuficiência de investimentos, a desigualdade na distribuição dos serviços, a escassez de profissionais especializados e a fragilidade na articulação entre os diferentes componentes da rede de atenção. Além disso, o estigma social relacionado aos transtornos mentais ainda constitui uma barreira para a busca por atendimento e para a inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico.

Outro aspecto evidenciado na literatura refere-se à influência dos determinantes sociais sobre a saúde mental. Fatores como pobreza, desemprego, violência, sobrecarga de trabalho e vulnerabilidade social foram identificados como elementos diretamente associados ao aumento do sofrimento psíquico. Dessa forma, observa-se que a promoção da saúde mental requer uma abordagem intersetorial, envolvendo não apenas o setor da saúde, mas também áreas como educação, assistência social, trabalho e direitos humanos. Os estudos analisados também destacaram os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, período em que houve aumento expressivo dos casos de ansiedade, depressão e estresse. Esse cenário reforçou a necessidade de fortalecimento dos serviços públicos de saúde e de ampliação das estratégias voltadas à promoção do bem-estar e à prevenção do adoecimento mental.

Em relação à atuação profissional, verificou-se que a Enfermagem ocupa posição estratégica na promoção da saúde mental. O enfermeiro desempenha funções relacionadas ao acolhimento, à escuta qualificada, à educação em saúde, ao acompanhamento dos usuários e à articulação com as equipes multiprofissionais. A proximidade desse profissional com os indivíduos, as famílias e as comunidades contribuem para a construção de um cuidado mais humanizado, integral e centrado nas necessidades da população.

Assim, os resultados encontrados demonstram que, embora as políticas públicas de saúde mental tenham proporcionado avanços significativos, ainda persistem desafios estruturais, sociais e institucionais que limitam a efetividade das ações desenvolvidas. Nesse sentido, torna-se necessário fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, ampliar os investimentos em saúde mental, promover a capacitação dos profissionais e incentivar ações de prevenção e promoção da saúde voltadas às necessidades da população.

5 Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender que a saúde mental constitui um componente essencial da saúde pública e do bem-estar coletivo, sendo indispensável para a qualidade de vida e para o desenvolvimento social. A análise da literatura evidenciou que as políticas públicas voltadas à saúde mental, especialmente após a Reforma Psiquiátrica e a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), contribuíram para a consolidação de um modelo de cuidado mais humanizado, integral e voltado à inclusão social.

Entretanto, observou-se que ainda existem desafios significativos relacionados ao acesso aos serviços, à insuficiência de recursos, à escassez de profissionais capacitados e à persistência do estigma associado aos transtornos mentais. Além disso, fatores sociais e econômicos exercem influência direta sobre o sofrimento psíquico, evidenciando a necessidade de ações intersetoriais que promovam não apenas o tratamento, mas também a prevenção e a promoção da saúde mental.

Destacou-se, ainda, a importância da atuação da Enfermagem no fortalecimento das políticas públicas e na oferta de um cuidado baseado na escuta, no acolhimento e na valorização da singularidade dos indivíduos. O enfermeiro desempenha papel fundamental na construção de práticas humanizadas e na promoção da autonomia dos usuários dos serviços de saúde.

Conclui-se que a promoção da saúde mental exige o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação dos investimentos em serviços especializados, a qualificação permanente dos profissionais e a integração entre saúde, educação, assistência social e comunidade. Dessa forma, será possível garantir uma atenção mais acessível, equitativa e eficaz, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a saúde mental no âmbito da saúde pública e incentive o desenvolvimento de novas pesquisas que fortaleçam as estratégias de promoção do bem-estar e do cuidado integral em saúde.

Referências

ALCÂNTARA, Maria de; VIEIRA, Ana Paula; ALVES, João Carlos. Saúde mental e qualidade de vida: perspectivas contemporâneas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de

Janeiro, v. 27, n. 5, 2022.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 dez. 2011. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Sofrimento psíquico no ambiente de trabalho: situação no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CHAVES, Arlane Silva Carvalho et al. **Recorte temporal dos desafios para implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Brasil: revisão sistemática**. *Mental*, v. 14, n. 26, 2022.

COELHO, Raquel Nascimento et al. Evidências de sofrimento psíquico em contextos acadêmicos: revisão integrativa. **Revista Laborativa**, v. 14, n. 2, 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO (FUNDACENTRO). Sofrimento psíquico, trabalho e saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 49, 2024.

GONÇALVES, Ricardo; CAMPOS, Ana; SILVA, Marcos. Políticas públicas de saúde mental: uma análise comparativa internacional. **Global Public Health**, v. 18, n. 3, 2023.

LIMA, Tatiana; RAMMINGER, Tatiana. Saúde mental e redes comunitárias no contexto da atenção psicossocial. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

MARTINS, Saulo; PIRES, Roseli Vieira. Sofrimento psíquico no ambiente de trabalho contemporâneo. **Boletim de Conjuntura**, v. 17, n. 51, 2024.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, 2008.

MENDONÇA, Paulo Roberto et al. Saúde mental e bem-estar: abordagem biopsicossocial contemporânea. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. 1, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World mental health report:**

transforming mental health for all. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em: 30 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SILVA, João Paulo; DELGADO, Pedro Gabriel. Políticas de saúde mental na América Latina: avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021.

SOUZA, Maria de Fátima; LIMA, Carlos Henrique. Atuação da enfermagem na atenção psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, supl. 1, 2020.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde mental e atenção psicossocial.** São Paulo: Hucitec, 2021.